

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

ATA

1ª REUNIÃO DA ANÁLISE ESTRATÉGICA

Exercício 2017

Comitê Institucional de Planejamento – CIPE

Data: 13/07/2017

Local: Auditório

Transmissão por videoconferência entre a SJBA e as SSJ de Itabuna e Alagoinhas

Presentes os participantes integrantes da CIPE:

- Manuela Affonso Ferreira Maciel, diretora da SECAD
- Eduardo José Santiago da Silva, supervisor da SEMAD
- Selma Silva Santos, diretora do NUCAF, em exercício
- Isabel Cristina Lemos de Souza, representando o diretor do NUASG
- Águido Miranda Barreto, diretor do NUCJU, em exercício
- Luiz Quaresma de Mello Neto, diretor do NUCRE
- Álvaro Antonio Brito Reis, diretor do NUTEC
- Cláudio Alves Litieri Brentz, diretor do NUAUD, em exercício
- Rossana Paulino Izac Leite, diretora do NUBES
- Carla Maria de Carvalho Batista, diretora do NUCOM
- Luiz Carlos Bittencourt Goulart, encarregado da SETCOM, antiga SECOS
- Kleber Correia Portela, diretor do NUCOD
- Rosemari Sabino dos Santos, diretora do NUTUR
- Isa Perpétua da Silva, diretora de secretaria da SSJ de Alagoinhas
- Daniela Dias Soares Malta, diretora de secretaria da 1ª Vara da SSJ de Itabuna
- Claudia de Araujo Meirelles Soares, diretora de secretaria da 9ª Vara
- Andrea Mara de Alencar Magalhães, representando a diretora de secretaria da 11ª Vara
- Érika Lúcia de Carvalho Sá, diretora de secretaria da 17ª Vara
- Patrícia Moraes de Menezes, diretora de secretaria da 18ª Vara
- Maria Eliana Brito de Oliveira, diretora de secretaria da 14ª Vara

Demais participantes:

- Claudia Silva Daniel, SEMAD
- Diego Almeida Nascimento, diretor de secretaria da 16ª Vara
- Pedro Macêdo Lessa, supervisor da SESUD/SECAD

I – Pauta

- Avaliação do plano de ação
 Projetos executados, em andamento e sua repercussão para alcance das metas
- Balanço do cumprimento de metas do CNJ e CJF no 1º semestre de 2017
 Avanços e dificuldades
- Recomendações e medidas a serem adotadas para alcançar as metas

II – Avaliação do plano de ação

A SEMAD apresentou o plano de ação consolidado para avaliação do andamento das iniciativas ali propostas. Boa parte das iniciativas já havia sido concluída, estando ainda pendentes:

- Elaboração e divulgação da Carta de Serviços – aguardando confirmação do levantamento das informações, que será feita por meio de reuniões setoriais. Prazo de conclusão previsto: dez/2017;
- Substituição de válvulas de descargas dos vasos sanitários por válvulas com acionamento em dois níveis de vazão de água – autuado PA-SEI 0008752-44.2017.4.01.8004 para compra das válvulas. Cotação de preço já realizada, em prosseguimento para procedimento licitatório. Em finalização o levantamento de quantitativo de material de revestimento de parede que será entregue à SEENG, que realizará Projeto Básico com vista a contratação de empresa de engenharia para a execução do serviço. Prazo de conclusão previsto: dez/2017;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas led – autuado PA-SEI 0012939-32.2016.4.01.8004 para aquisição de lâmpadas LED (total de 1250 unidades) para os prédios desta Seccional. Como não foram entregues as lâmpadas para o prédio Sede, foi autuado o PA-SEI 0004107-73.2017.4.01.8004, para fornecimento de um quantitativo de 300 Lâmpadas LED HO (aguardando entrega). A substituição está sendo realizada gradativamente, por setores, para reaproveitamento das lâmpadas fluorescentes existentes. Prazo de conclusão previsto: jun/2019;
- Elaboração de um plano de integração e padronização das rotinas entre as Varas e a CEMAN - Central de Mandados , cujo escopo é tornar mais célere o cumprimento das diligências pelos Oficiais de Justiça desta Seccional e, por conseguinte, reduzir o tempo de tramitação dos processos judiciais. Foi designada uma comissão composta por 01 Diretor de Vara Cível, 01 Diretor de vara do JEF, 01 Diretor de Vara de execução, 01 Diretor de Vara Penal, Diretor do NUCJU e o Coordenador da CEMAN, para elaboração de uma carta de recomendações contendo procedimentos a serem

adotados pelas secretarias das varas no momento da expedição dos mandados e pelos oficiais de justiça no momento do seu cumprimento. A primeira reunião acontecerá na 1ª quinzena do mês de agosto. Prazo de conclusão previsto: out/2017;

- **Modernização e aprimoramento dos procedimentos de gestão documental:** foi apresentada à DIREF uma proposta de regulamentação e modernização dos procedimentos de gestão documental, arquivamento e desarquivamento de processos judiciais no Arquivo Judicial e Administrativo (PA Sei 0002691-70.2017.4.01.8004). No referido processo foi elaborada uma minuta de portaria regulamentando toda a matéria. Dentre as inovações propostas foi solicitado ao NUTEC a elaboração de um banco de sentenças de autos findos, possibilitando o arquivamento digital das sentenças (documentos de guarda permanente) extraídas dos processos descartados, bem como a elaboração de um link no portal da SJBA que possibilite aos advogados e jurisdicionados a solicitação eletrônica de desarquivamento de autos, sem a necessidade de se dirigirem pessoalmente ao prédio da Justiça Federal. Prazo de conclusão previsto: out/2017;

A SEMAD fomentou a apresentação de iniciativas que não implicassem em despesa, e que fossem relacionadas diretamente com a área fim e também que tivessem impacto positivo no cumprimento das metas.

III - Balanço do cumprimento de metas do CNJ e CJF no 1º semestre de 2017

Foi feita uma avaliação da situação da Seção Judiciária da Bahia no quadro de metas do CNJ. Observou-se que a Bahia encontra-se com a 7ª pontuação em junho (10ª colocação em razão dos empates), uma melhora em relação ao ano de 2016, quando ficou na penúltima colocação, mas uma piora em relação a maio, quando estava com a 4ª pontuação.

Algumas situações pontuadas:

- **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):** em vermelho (menor que 70% do cumprimento da meta) 3 varas em Salvador (1ª, 15ª e 17ª) e 3 no interior (Lapa, Juazeiro e Paulo Afonso);
- **Meta 2a e 2b (Julgar processos mais antigos):** com índices inferiores aos esperado (50%, considerando o semestre) 3 varas em Salvador (1ª, 2ª e 17ª) e 4 no interior (Lapa, Juazeiro, Barreiras e Campo Formoso);
- **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação):** todas as varas com altos índices em razão da mudança da meta (2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos), com problemas nas varas de execução fiscal e 03 varas de Juizado Especial Federal;
- **Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa):** Predomínio de sinalização em vermelho (menor que 70% do cumprimento da meta). Dificuldades decorrentes de maior complexidade das ações;

- **Meta 5 (Impulsionar processos à execução):** em vermelho (menor que 70% do cumprimento da meta) 2 varas em Salvador (8ª e 13ª) e todas as varas do interior (exceto Jequié);
- **Meta 6 (Priorizar o julgamento das ações coletivas):** Predomínio de sinalização em vermelho (menor que 70% do cumprimento da meta). Dificuldades decorrentes de maior complexidade das ações;
- **Meta 7 (Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente):** índices dentro do previsto para cumprimento da meta;
- **Meta 8 (Julgar, no ano corrente, 70% ações penais vinculadas a Improbidade administrativa, Tráfico Pessoas e Trabalho escravo):** todas as varas com índices aquém do previsto.

Verificou-se que estão em condições de premiação com o Selo Estratégia em Ação, levando em consideração apenas o primeiro semestre as 9ª, 11ª e 23ª Varas e todas as relatorias das Turmas Recursais (à exceção da 1ª TR/Rel 3 e 2ª TR/Rel 2).

As Subseções, representadas pelas diretoras de Alagoinhas e Itabuna, relataram problemas para cumprimento das metas:

- Relativamente às demandas criminais, uma dificuldade vivenciada é o fato de não haver na Subseção uma Seção Criminal
- As comunicações, quando o endereço dista mais de 100km desta sede e serão realizadas em lugares que são sedes de comarca, devem ser feitas por carta precatória, diante das restrições orçamentárias e ordem expressa. Tal fato torna, ainda, mais moroso o tramite dos processos que envolvem tais demandas.
- Concernentemente ao selo, parece-me incongruente o fato de que as Subseções com competência plena e quadro de pessoal proporcionalmente menor ao de uma vara especializada, tenham que ser submetidas aos mesmos critérios que as especializadas.
- Outra grande dificuldade para a agilização do tramite processual é o fato de não estarem instaladas em algumas cidades as representações das Procuradorias, Polícia Federal e MPF. Todas as comunicações com estes órgãos são feitas por carga ou malote. A AGU, na representação da União, faz carga a cada 15 (quinze) dias, em algumas cidades.

A diretora da 9ª Vara, representando as varas de JEFs, pontuou a insuficiência da quantidade de peritos, que acaba atrasando os processos, pois as perícias estão sendo marcadas com prazo muito extenso.

IV - Recomendações e medidas a serem adotadas para alcançar as metas

Foram apresentadas algumas propostas:

- Fomentar a comunicação da estratégia – melhorar e/ou implementar um plano de divulgação da estratégia
- Instituir programa base para ambientação dos estagiários e terceirizados que ingressam na SJBA para apresentar a instituição, os normativos gerais que regem a atuação deles na JF e os comportamentos esperados desses colaboradores visando

preservar a segurança institucional. A aplicabilidade do programa pode se dar por meio de palestra/curso com certificação quando se tratar do ingresso concomitante de grande número de colaboradores (renovação de contrato ou concurso de acesso a estágio ou convênio) ou por meio de entrevista com entrega de cartilha pelo NucGP quando o ingresso for pontual, mantendo-se a regularidade anual da modalidade palestra/curso a fim de garantir que os que ingressaram isoladamente tenham acesso ao programa integral, assim como neste primeiro momento, também aqueles que já atuam na instituição

- Criação de Comitês de varas por especialidades com reuniões periódicas para troca de experiências e boas práticas
- Fomentar o aumento de peritos cadastrados
- Encaminhar os dados estatísticos das metas para os magistrados
- Encaminhar proposta conjunta dos magistrados das Subseções pleiteando alterações na norma de criação do Selo Estratégia em Ação para tratamento diferenciado para as varas de Subseções, em razão de especialidade, etc.

Manuela Affonso Ferreira Maciel

Diretora da Secretara Administrativa